

Demonstrações Financeiras

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.Balanco patrimonial
(Em reais)

	Nota	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)	<u>01/01/2018</u> (reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.581.929	7.089.360	13.649.290
Concessionárias e permissionárias	7	4.434.148	4.292.801	4.580.104
Contas a receber - partes relacionadas	20	349.271	190.413	85.729
Estoques		848.241	848.241	837.649
Adiantamento a fornecedores		293.113	308.452	289.858
Impostos a recuperar		477.578	1.378.493	4.055.014
Ativos de contrato	8	29.975.976	28.696.355	27.625.616
Outros ativos circulantes		351.526	211.801	284.681
		48.311.782	43.015.916	51.407.941
Ativo não circulante				
Ativos de contrato	8	223.871.872	240.847.843	257.311.659
Outros ativos não circulantes		4.912.440	265.726	299.544
Imobilizado		823.891	627.446	731.083
Intangível		9.675	24.187	38.699
		229.617.878	241.765.202	258.380.985
Total do ativo		277.929.660	284.781.118	309.788.926

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)	<u>01/01/2018</u> (reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		608.320	187.963	162.099
Fornecedores - partes relacionadas	20	1.017.642	876.141	1.155.993
Empréstimos - partes relacionadas	9	26.634.236	25.662.199	19.089.649
Impostos e contribuições sociais		1.308.675	929.498	1.055.301
Taxas regulamentares	10	1.786.409	1.620.236	1.701.048
Outros passivos circulantes		1.390.966	1.313.918	1.070.370
		32.746.248	30.589.955	24.234.460
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas	9	148.536.939	168.195.330	165.211.259
Outras provisões - compensação ambiental		1.232.708	1.466.080	2.501.491
Provisão contingências	11	135.038	41.350	68.054
Impostos diferidos	12	17.016.300	18.140.324	19.176.278
Outros passivos não circulantes		5.219.917	4.926.963	4.604.802
		172.140.902	192.770.047	191.561.884
Patrimônio líquido	13			
Capital social		233.350.900	208.350.900	208.350.900
Prejuízo acumulado		(160.308.390)	(146.929.784)	(114.358.318)
		73.042.510	61.421.116	93.992.582
Total do passivo e do patrimônio líquido		277.929.660	284.781.118	309.788.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Receita operacional líquida	14	24.550.555	23.176.784
Custo da operação	15	<u>(10.275.206)</u>	<u>(8.332.244)</u>
Lucro bruto		14.275.349	14.844.540
Despesas gerais e administrativas	16	(3.947.156)	(4.819.605)
Outras despesas operacionais líquidas		<u>(637.674)</u>	<u>(389.465)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		9.690.519	9.635.470
Resultado financeiro	17	<u>(21.334.398)</u>	<u>(40.371.571)</u>
Receita financeira		38.898.862	37.854.985
Despesa financeira		<u>(60.233.260)</u>	<u>(78.226.556)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>(11.643.879)</u>	<u>(30.736.101)</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	<u>(1.734.727)</u>	<u>(1.835.365)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(13.378.606)</u>	<u>(32.571.466)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Prejuízo do exercício	(13.378.606)	(32.571.466)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>(13.378.606)</u>	<u>(32.571.466)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	208.350.900		(114.358.318)	93.992.582
Prejuízo do exercício	-	-	(32.571.466)	(32.571.466)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	208.350.900		(146.929.784)	61.421.116
Aumento de capital conforme AGE de 16 de julho de 2019	25.000.000	-	-	25.000.000
Prejuízo do exercício	-	-	(13.378.606)	(13.378.606)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	233.350.900	-	(160.308.390)	73.042.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(11.643.879)	(30.736.101)
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	22.931.656	42.079.920
Depreciação e amortização	(19.292)	132.422
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.181)	(52.317)
Provisão para compensação ambiental	(233.373)	(1.035.410)
Provisão para contingências	93.688	(26.704)
Atualização monetária	292.954	322.161
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(128.166)	339.620
Contas a receber	(158.858)	(104.682)
Ativo de contrato	15.696.351	15.393.076
Estoques	-	(10.592)
Impostos a recuperar	900.915	2.676.520
Adiantamentos a fornecedores	15.339	(18.594)
Outros ativos	(4.786.440)	106.698
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	561.858	(253.987)
Tributos e contribuições sociais	(1.297.918)	(2.671.626)
Impostos pagos	(1.181.657)	(325.496)
Juros pagos	(14.685.630)	(10.647.158)
Taxas regulamentares	166.173	(80.812)
Outros passivos	77.051	243.547
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>6.587.591</u>	<u>15.330.485</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(162.641)	(14.274)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(162.641)</u>	<u>(14.274)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	25.000.000	-
Empréstimos pagos	(26.932.381)	(21.876.141)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(1.932.381)</u>	<u>(21.876.141)</u>
Aumento (Redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.492.569</u>	<u>(6.559.930)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>7.089.360</u>	<u>13.649.290</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>11.581.929</u>	<u>7.089.360</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

1. Informações gerais

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007.

No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500/440 KV, composta pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Jaguará e término na Subestação Estreito, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 53 km; pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Ribeirão Preto, ambas no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; e pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Ribeirão Preto com autotransformadores com transformação 500/440 KV, no Estado de São Paulo e término na Subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 137 km.
- (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação Jaguará, 500 KV na Subestação Estreito pela interligação de barras, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto por reatores de barra, autotransformadores com transformação 500/440 KV e interligação de barra e 500 KV na Subestação Poços de Caldas e respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$23.430.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 40.954.353 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 42.862.113 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020.

2.1. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4. Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.5. Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

3.8. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

3.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.12. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13. Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.14. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

3.15 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.16 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. Reapresentação dos saldos comparativos

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro”, procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balança Patrimonial	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		7.089.360	-	7.089.360
Ativo de contrato	(i)	29.283.309	(586.954)	28.696.355
Demais ativos circulantes não impactados		7.230.201	-	7.230.201
		43.602.870	(586.954)	43.015.916
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	192.382.919	48.464.924	240.847.843
Demais ativos não circulantes não impactados		917.359	-	917.359
		193.300.278	48.464.924	241.765.202
Total do ativo		236.903.148	47.877.970	284.781.118

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		25.662.199	-	25.662.199
Demais passivos circulantes não impactados		4.927.756	-	4.927.756
		30.589.955	-	30.589.955
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		168.195.330	-	168.195.330
Impostos diferidos	(ii)	-	18.140.324	18.140.324
Demais passivos não circulantes não impactados		6.434.393	-	6.434.393
		174.629.723	18.140.324	192.770.047
Patrimônio líquido				
Capital social		208.350.900	-	208.350.900
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(176.667.430)	29.737.646	(146.929.784)
		31.683.470	29.737.646	61.421.116
Total do passivo e do patrimônio líquido		236.903.148	47.877.970	284.781.118

Demonstração do resultado	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	23.951.268	(774.484)	23.176.784
Outros		(53.912.885)	-	(53.912.885)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(2.309.472)	474.107	(1.835.365)
Lucro líquido do exercício		(32.271.089)	(300.377)	(32.571.466)

Demonstração do resultado abrangente	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) e (ii)	(32.271.089)	(300.377)	(32.571.466)
Total de resultados abrangentes		(32.271.089)	(300.377)	(32.571.466)

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Demonstração do Fluxo de Caixa	31/12/2018		
	(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	(29.961.616)	(774.485)	(30.736.101)
Itens de resultado que não afetam o caixa	41.420.072	-	41.420.072
(Aumento) redução nos ativos	17.045.714	1.336.332	18.382.046
Aumento (redução) nos passivos	<u>(13.173.685)</u>	<u>(561.847)</u>	<u>(13.735.532)</u>
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>15.330.485</u>	-	<u>15.330.485</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(14.274)</u>	-	<u>(14.274)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(21.876.141)</u>	-	<u>(21.876.141)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.559.930)</u>	-	<u>(6.559.930)</u>

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço Patrimonial	Ref	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		13.649.290	-	13.649.290
Ativo de contrato	(i)	28.186.689	(561.073)	27.625.616
Demais ativos circulantes não impactados		<u>10.133.035</u>	-	<u>10.133.035</u>
		51.969.014	(561.073)	51.407.941
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	300.636.176	(43.324.517)	257.311.659
Demais ativos não circulantes não impactados		<u>1.069.326</u>	-	<u>1.069.326</u>
		301.705.502	(43.324.517)	258.380.985
Total do ativo		353.674.516	(43.885.590)	309.788.926

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	Ref	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		19.089.649	-	19.089.649
Demais passivos circulantes não impactados		5.144.811	-	5.144.811
		24.234.460	-	24.234.460
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		165.211.259	-	165.211.259
Impostos diferidos	(ii)	256.811	18.919.467	19.176.278
Demais passivos não circulantes não impactados		7.174.347	-	7.174.347
		172.642.417	18.919.467	191.561.884
Patrimônio líquido				
Capital social		208.350.900	-	208.350.900
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(51.553.261)	(62.805.057)	(114.358.318)
		156.797.639	(62.805.057)	93.992.582
Total do passivo e do patrimônio líquido		353.674.516	(43.885.590)	309.788.926

- (i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4
- (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12

5. Normas e interpretações novas e revisadas

5.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

- **CPC 06 (R2) – Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras.

- **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

- **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa**

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Melhorias anuais

- **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro**

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevê a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras.

5.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

- **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Caixa	1.363	173	-
Bancos	530.696	221.579	280.330
Aplicações financeiras	<u>11.049.870</u>	<u>6.867.608</u>	<u>13.368.960</u>
	<u>11.581.929</u>	<u>7.089.360</u>	<u>13.649.290</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
A vencer	3.743.465	3.705.869	3.741.459
Vencidas até 30 dias	19.214	19.059	871
Vencidas até 60 dias	4.459	1.058	1.872
Vencidas até 90 dias	4.260	3.132	1.131
Vencidas há mais de 90 dias	<u>703.038</u>	<u>617.152</u>	<u>940.557</u>
	<u>4.474.436</u>	<u>4.346.270</u>	<u>4.685.890</u>
(-) PCLD	<u>(40.288)</u>	<u>(53.469)</u>	<u>(105.786)</u>
	<u>4.434.148</u>	<u>4.292.801</u>	<u>4.580.104</u>

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Em função do giro de contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Saldo em 1º de janeiro	(53.469)	(105.786)	(51.917)
Reversão	13.181	52.317	-
Complemento de provisão	-	-	(53.869)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(40.288)</u>	<u>(53.469)</u>	<u>(105.786)</u>

8. Ativos de contrato

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)	<u>01/01/2018</u> (reapresentado)
Circulante	29.975.976	28.696.355	27.625.616
Não circulante	223.871.872	240.847.843	257.311.659
	<u>253.847.848</u>	<u>269.544.198</u>	<u>284.937.275</u>

9. Empréstimos

a) Total da dívida

<u>Descrição</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantidor</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
State Grid International Development Limited (SGID)	nov/14	dez/28	N/A	Libor + 2,85% a.a.	175.171.175	193.857.529	184.300.908
					<u>175.171.175</u>	<u>193.857.529</u>	<u>184.300.908</u>
Circulante					26.634.236	25.662.199	19.089.649
Não circulante					148.536.939	168.195.330	165.211.259
					<u>175.171.175</u>	<u>193.857.529</u>	<u>184.300.908</u>

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

Em 17 de novembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,85% a.a. e no montante de USD 70.800.011,09, correspondente a R\$ 184.257.028,87, com pagamentos de principal e juros em 23 parcelas semestrais iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 04 de setembro de 2025.

Em 2017, devido ao baixo caixa, a empresa optou por não pagar o valor do principal que venceu em junho. Na ocasião foi pago apenas os juros devidos. Para evitar situações similares futuras, decidiu-se alterar a curva de amortização. Com isso, o novo vencimento final deste empréstimo passou a ser na data de 20 de dezembro de 2028. Em dezembro do mesmo ano, a empresa já voltou a pagar o principal e juros conforme estipulado no contrato com a nova curva de amortização.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

No ano de 2018, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato.

No ano de 2019, a empresa pagou principal e juros nos meses de setembro e dezembro conforme estipulado no contrato.

Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal):

	<u>Amortização</u>
2021	26.425.592
2022	26.425.592
2023	26.425.592
2024 - 2028	69.260.163
	<u><u>148.536.939</u></u>

10. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Reserva global de reversão (RGR) (i)	49.868	37.651	36.803
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	301.915	301.308	300.679
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	1.434.626	1.281.277	1.363.566
	<u><u>1.786.409</u></u>	<u><u>1.620.236</u></u>	<u><u>1.701.048</u></u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 101.328.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 13.227.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

11. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Trabalhista	135.038	41.350	68.054
	<u>135.038</u>	<u>41.350</u>	<u>68.054</u>

Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Trabalhista	423.341	559.465	-
Ambiental	2.121.260	2.131.841	-
Fiscal	-	749.756	16.159
Cível	-	-	20.251
	<u>2.544.601</u>	<u>3.441.062</u>	<u>36.410</u>

12. Impostos diferidos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Impostos diferidos passivos (i)	17.016.300	18.140.324	19.176.278
	<u>17.016.300</u>	<u>18.140.324</u>	<u>19.176.278</u>

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

- (i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018, subscrito e integralizado era de R \$208.350.900 dividido em 208.350.900 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada.

Em 16 de julho de 2019, foram subscritas 25.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$ 25.000.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH.

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 233.350.900, dividido em 233.350.900 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	<u>2019 e 2018</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

14. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Receita operacional bruta	27.250.322	25.707.074
Receita de operação e manutenção	14.799.475	14.290.269
Remuneração do ativo contratual	11.535.564	12.232.541
Receita de construção	459.084	-
Outras receitas	456.199	(815.736)
Deduções da receita operacional	(2.699.767)	(2.530.290)
PIS (corrente e diferido)	(177.348)	(167.096)
COFINS (corrente e diferido)	(818.527)	(771.212)
RGR	(1.142.625)	(1.064.238)
P&D	(406.189)	(380.080)
TFSEE	(155.078)	(147.664)
	24.550.555	23.176.784

15. Custo da operação

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(5.738.086)	(5.224.572)
Material	(433.544)	(234.464)
Serviços de terceiros	(2.067.734)	(1.127.265)
Arrendamentos e aluguéis	(42.334)	(17.299)
Seguros	(117.736)	(143.962)
Tributos	(12.810)	(2.752)
Custo de operação e manutenção	(309.191)	(334.993)
Custo de construção	(459.084)	-
Comunicação e telecomunicação	(552.345)	(546.155)
Outros	(542.342)	(700.782)
	(10.275.206)	(8.332.244)

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(3.831.642)	(3.890.262)
Material	(66.008)	(28.806)
Serviços de terceiros	(483.813)	(470.148)
Arrendamentos e aluguéis	(90.502)	(79.172)
Provisão	(122.614)	(13.354)
(-) Recuperação de despesas (i)	1.007.985	-
Tributos	(6.695)	(3.631)
Depreciação e amortização	(15.532)	(15.049)
Outras	(338.335)	(319.183)
	<u>(3.947.156)</u>	<u>(4.819.605)</u>

(i) Valor refere-se a ajuste de almoxarifado conforme inventário físico

17. Resultado financeiro

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita financeira	38.898.862	37.854.985
Receitas de aplicações financeiras	1.228.236	1.052.564
Variações cambiais ativas	37.216.291	36.076.406
Outras receitas financeiras	454.335	726.015
Despesa financeira	(60.233.260)	(78.226.556)
Variações cambiais passivas	(46.016.324)	(68.043.908)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(14.131.623)	(10.112.418)
Outras despesas financeiras	(85.313)	(70.230)
	<u>(21.334.398)</u>	<u>(40.371.571)</u>

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.581.929	7.089.360	13.649.290
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	20	349.271	190.413	85.729
Concessionárias e permissionárias	7	4.434.148	4.292.801	4.580.104
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Empréstimos - partes relacionadas	9	175.171.175	193.857.529	184.300.908
Fornecedores – terceiros		608.320	187.963	162.099
Fornecedores - partes relacionadas	20	1.017.642	876.141	1.155.993

18.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2019. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2019</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Empréstimos	175.171.175	(7.983.408)	8.373.610

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esse risco, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

19. Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Receitas brutas	27.250.322	25.707.074
Base de cálculo (8%)	2.180.026	2.056.566
Outras receitas	2.701.094	1.788.506
Base de cálculo	4.881.120	3.845.072
IR devido	(1.530.992)	(1.573.648)
(+) IR diferido / Outros	334.034	307.862
Total de IRPJ	(1.196.958)	(1.265.786)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Receitas brutas	27.250.322	25.707.074
Base de cálculo (12%)	3.270.039	3.084.849
Outras receitas	2.701.094	1.788.506
Base de cálculo	5.971.133	4.873.355
CSLL devida	(718.147)	(735.824)
(+) CSLL diferido / Outros	180.378	166.245
Total de CSLL	(537.769)	(569.579)

Total de IRPJ/CSLL	(1.734.727)	(1.835.365)
---------------------------	--------------------	--------------------

20. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

20.1 Ativo

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Contas a receber - partes relacionadas	349.271	190.413	85.729
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	322.304	189.586	80.111
Outros	26.967	827	5.618

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

20.2 Passivo

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Fornecedores / empréstimos - partes relacionadas	176.188.817	194.733.670	185.456.901
Aluguel (ii)	6.435	6.131	5.629
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1.011.207	870.010	1.131.332
Outros	-	-	19.032
Empréstimos com a SGID (nota explicativa 9)	175.171.175	193.857.529	184.300.908

20.3 Resultado

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado - partes relacionadas	(16.604.075)	(13.347.127)
Despesa de aluguel (ii)	(74.790)	(69.561)
Despesa de juros com empréstimos com a SGID (nota explicativa 17)	(14.131.623)	(10.112.418)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(2.397.662)	(3.165.148)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

21. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	148.310.000	148.310.000
Veículos	Carros	892.196	582.394
		<u>159.202.196</u>	<u>158.892.394</u>